

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,02667
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Dividendo	28/04/2014	Ordinária		0,14097
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/04/2014	Ordinária		0,01118
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Dividendo	27/06/2014	Ordinária		0,00367
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Dividendo	27/06/2014	Ordinária		0,10668
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2014	Juros sobre Capital Próprio	27/06/2014	Ordinária		0,01155

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.663.409	1.657.310
1.01	Ativo Circulante	307.410	420.872
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	204.077	323.623
1.01.03	Contas a Receber	53.427	62.180
1.01.03.01	Clientes	53.360	62.149
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	67	31
1.01.03.02.01	Créditos com Partes Relacionadas	67	31
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.290	131
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.290	131
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.192	2.339
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	43.424	32.599
1.01.08.03	Outros	43.424	32.599
1.01.08.03.01	Outros Créditos	10.460	9.723
1.01.08.03.02	Titulos e Valores Mobiliários	32.964	22.876
1.02	Ativo Não Circulante	1.355.999	1.236.438
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.163	9.905
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.163	9.905
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	11.163	9.905
1.02.03	Imobilizado	37.323	39.692
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.323	39.692
1.02.04	Intangível	1.307.513	1.186.841
1.02.04.01	Intangíveis	1.307.513	1.186.841

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.663.409	1.657.310
2.01	Passivo Circulante	194.772	222.092
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.135	5.413
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.135	5.413
2.01.02	Fornecedores	12.070	20.293
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.070	20.293
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.824	10.547
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.824	10.547
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	7.824	10.356
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	191
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.467	126.882
2.01.04.02	Debêntures	58.467	126.882
2.01.05	Outras Obrigações	94.833	44.259
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	59.741	5.278
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	36.269	4.717
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.472	561
2.01.05.02	Outros	35.092	38.981
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.268	2.579
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	16.872	16.415
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	16.952	19.987
2.01.06	Provisões	16.443	14.698
2.01.06.02	Outras Provisões	16.443	14.698
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	7.098	8.440
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	9.345	6.258
2.02	Passivo Não Circulante	1.085.931	1.033.224
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	925.268	884.833
2.02.01.02	Debêntures	925.268	884.833
2.02.02	Outras Obrigações	39.856	45.353
2.02.02.02	Outros	39.856	45.353
2.02.02.02.03	Obrigações com o poder concedente	37.927	42.597
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Federais	0	559
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	1.929	2.197
2.02.03	Tributos Diferidos	7.408	6.631
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.408	6.631
2.02.04	Provisões	113.399	96.407
2.02.04.02	Outras Provisões	113.399	96.407
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	56.012	49.890
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	55.077	44.249
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.310	2.268
2.03	Patrimônio Líquido	382.706	401.994
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	284	198
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	284	198
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	99.249

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	38.740
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	19.366	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	310.109	572.399	227.529	441.243
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-202.149	-313.457	-108.997	-187.564
3.03	Resultado Bruto	107.960	258.942	118.532	253.679
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.345	-26.264	-10.331	-22.672
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.345	-26.257	-10.320	-22.645
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-7	-11	-27
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.615	232.678	108.201	231.007
3.06	Resultado Financeiro	-26.619	-59.126	-16.592	-25.154
3.06.01	Receitas Financeiras	7.909	16.746	12.259	13.627
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.528	-75.872	-28.851	-38.781
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.996	173.552	91.609	205.853
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.927	-55.959	-29.584	-66.857
3.08.01	Corrente	-22.932	-55.182	-28.422	-62.794
3.08.02	Diferido	5	-777	-1.162	-4.063
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	49.069	117.593	62.025	138.996
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	49.069	117.593	62.025	138.996
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18148	0,43491	0,22939	0,51407

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	49.069	117.593	62.025	138.996
4.03	Resultado Abrangente do Período	49.069	117.593	62.025	138.996

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	302.202	209.386
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	267.558	239.292
6.01.01.01	Lucro Líquido	117.593	138.996
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	52.672	36.642
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	13	6.768
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	-1.584	-1.105
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	67.175	32.879
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	3.860	3.631
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7.409	825
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	637	685
6.01.01.09	Tributos diferidos	777	3.847
6.01.01.10	Prêmio de opções com base em ações	86	24
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	15	-16
6.01.01.12	Constituição dos depósitos judiciais	-746	-802
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-512	-282
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	19.046	15.999
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	1.117	1.201
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.644	-29.906
6.01.02.01	Clientes	8.774	1.228
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-5.159	-2.129
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.147	-3.096
6.01.02.04	Outros créditos	-737	-6.050
6.01.02.05	Fornecedores	-8.223	-23
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-278	-37
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.532	-1.246
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	54.427	6.803
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-3.303	-2.601
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	3.087	-1.745
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	0	20
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.924	-1.780
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-10.635	-19.250
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-170.988	-95.472
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-7.437	-3.187
6.02.02	Aquisição de intangível	-163.551	-92.285
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-250.760	317.253
6.03.01	Obrigações com o poder concedente	-8.073	-7.451
6.03.02	Títulos e valores mobiliários - vinculados	-8.504	1.897
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	0	851.182
6.03.04	Pagamento de debêntures	-31.500	-48.560
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-750	-19
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-138.278	-454.070

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.03.07	Juros pagos	-63.655	-25.726
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-119.546	431.167
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	323.623	16.107
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	204.077	447.274

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86	-38.740	-98.227	0	-136.881
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	86	0	0	0	86
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.740	-89.225	0	-127.965
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.002	0	-9.002
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	117.593	0	117.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	117.593	0	117.593
5.07	Saldos Finais	302.547	284	60.509	19.366	0	382.706

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	81	266.842	0	0	569.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24	-206.333	-119.432	0	-325.741
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	24	0	0	0	24
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.333	-110.430	0	-316.763
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.002	0	-9.002
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.996	0	138.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.996	0	138.996
5.07	Saldos Finais	302.547	105	60.509	19.564	0	382.725

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	609.552	476.441
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	412.341	391.582
7.01.02	Outras Receitas	18.697	17.920
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	178.514	66.939
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-268.841	-156.787
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-248.390	-139.439
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.451	-17.348
7.03	Valor Adicionado Bruto	340.711	319.654
7.04	Retenções	-52.672	-36.642
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.672	-36.642
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	288.039	283.012
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.746	13.627
7.06.02	Receitas Financeiras	16.746	13.627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	304.785	296.639
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	304.785	296.639
7.08.01	Pessoal	16.516	15.415
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.222	11.694
7.08.01.02	Benefícios	3.705	3.152
7.08.01.03	F.G.T.S.	589	569
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	93.112	102.008
7.08.02.01	Federais	71.692	81.804
7.08.02.03	Municipais	21.420	20.204
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.564	40.220
7.08.03.01	Juros	23.913	16.718
7.08.03.02	Aluguéis	1.692	1.439
7.08.03.03	Outras	51.959	22.063
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	117.593	138.996
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.002	9.002
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.591	129.994

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 2T14 e 1S14: Receita Líquida cresce 36,3% no 2T14

São Bernardo do Campo, 07 de agosto de 2014 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2014 (2T14) e primeiro semestre de 2014 (1S14). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com –as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego atingiu 14.526 mil veículos equivalentes pagantes no 2T14, crescimento de 2,4 %.
- O EBITDA, no 2T14, foi de R\$ 125,1 milhões, com margem EBITDA de 40,4%.
- O lucro líquido foi de R\$ 49,1 milhões no 2T14 e de R\$ 117,6 milhões no 1S14.

Destaques (em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	14.526	14.190	2,4%	31.278	29.272	6,9%
Tarifa Média ¹	13,04	13,30	-2,0%	13,18	13,38	-1,5%
Receita líquida	310,1	227,5	36,3%	572,4	441,2	29,7%
Lucro líquido	49,1	62,0	-20,9%	117,6	138,9	-15,4%
EBITDA ²	125,2	126,8	-1,2%	285,4	267,7	6,6%
Margem EBITDA	40,4%	55,7%	-15,3 p.p.	49,9%	60,7%	-10,8 p.p.
Capex	102,2	60,3	69,6%	181,6	114,7	58,3%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos - o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a baixada santista. A concessão, com contrato firmado em 1998 com o Estado de São Paulo, administra 176,8 quilômetros de rodovias, com movimento anual superior a 60 milhões de veículos pedagiados. A ligação da maior cidade do País com a região

Comentário do Desempenho

turística da baixada santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001), exceto a mais recente ECO101.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 14.526 mil no 2T14 e 31.278 mil no 1S14, crescimentos de 2,4% e 6,9%, respectivamente. O tráfego comercial foi influenciado pela redução nas exportações e soja e milho pelo Porto de Santos, enquanto os veículos de passeio tiveram influência positiva das condições climáticas e feriados prolongados.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Passeio	7.365	7.076	4,1%	16.783	15.789	6,3%
Comercial	7.161	7.114	0,7%	14.495	13.483	7,5%
Total	14.526	14.190	2,4%	31.278	29.272	6,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,04	13,30	-2,0%	13,18	13,38	-1,5%

Na Ecovias dos Imigrantes, o governo de Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 de 6,2%, e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que são (i) redução do ônus variável de

Comentário do Desempenho

3,0% para 1,5%; (ii) abatimento de multas por penalização das concessionárias quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) alteração no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados, para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego do 2T14 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 327,3 milhões no 2T14 e R\$ 609,5 milhões no 1S14, crescimentos de 33,8% e 27,9% respectivamente, sendo a receita de pedágio correspondente a 57,9% da receita bruta no 2T14.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Receitas de Pedágio	189,4	188,7	0,4%	412,3	391,6	5,3%
Receitas Acessórias	9,3	9,3	0,0%	18,7	17,6	6,3%
Receita de Construção ICPC-01	128,6	46,5	176,6%	178,5	66,9	166,7%
Total	327,3	244,5	33,8%	609,5	476,4	27,9%

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção, conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, foi de R\$ 128,6 milhões no 2T14. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o mesmo valor contabilizado na conta “Custo de Construção de Obras”.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 211,5 milhões no 2T14 e R\$339,7 milhões para 1S14, crescimentos de 77,3% e 61,6% respectivamente, devido, principalmente, ao aumento da depreciação e amortização e custo de construção de obras.

Comentário do Desempenho

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Pessoal	8,6	8,4	2,4%	16,5	15,4	7,1%
Conservação e manutenção	3,4	4,9	-30,6%	6,7	9,6	-30,2%
Serviços de terceiros	25,3	20,4	24,0%	49,8	40,7	22,4%
Poder concedente e seguros	3,4	7,0	-51,4%	8,3	14,5	-42,8%
Depreciação e amortização	26,6	18,5	43,8%	52,7	36,6	44,0%
Provisão manutenção ICPC 01	12,1	8,8	37,5%	19,0	16,0	18,8%
Custo de construção de Obras ICPC 01	128,6	46,5	176,6%	178,5	66,9	166,8%
Locações, aluguéis e outros	3,5	4,8	-27,1%	8,2	10,4	-21,2%
TOTAL	211,5	119,3	77,3%	339,7	210,2	61,6%

EBITDA

O EBITDA, no 2T14, foi de R\$ 125,2 milhões (margem EBITDA 40,4%) e de R\$ 285,4 milhões no 1S14 (margem EBITDA 49,9%). Comparado ao mesmo período do ano anterior, a margem EBITDA apresentou uma queda de 15,3 e 10,8 pontos percentuais, respectivamente.

EBITDA						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Lucro Líquido	49,1	62,0	-20,8%	117,6	139,0	-15,4%
Imposto de renda e contribuição social	22,9	29,6	-22,5%	56,0	66,9	-16,3%
Resultado Financeiro	26,6	16,6	60,2%	59,1	25,2	134,5%
Depreciação e Amortização	26,6	18,5	43,8%	52,7	36,6	44,0%
EBITDA	125,2	126,8	-1,2%	285,4	267,7	6,6%
Margem EBITDA	40,4%	55,7%	-15,3 p.p.	49,9%	60,7%	-10,8 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 26,6 milhões no 2T14 e negativo em R\$ 59,1 milhões no 1S14, devido, principalmente, à variação monetária dos juros sobre arrendamentos e debêntures.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Variação Monetária, líquida	(19,5)	(12,8)	52,3%	(45,1)	(16,3)	176,7%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(11,3)	(11,8)	-4,2%	(23,9)	(16,7)	43,0%
Outros efeitos financeiros	(3,0)	(3,8)	-21,1%	(5,3)	(4,6)	15,2%
Receitas Financeiras e outras	7,7	12,4	-37,6%	16,3	13,6	19,9%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(0,5)	(0,6)	-16,7%	(1,1)	(1,2)	8,3%
TOTAL	(26,6)	(16,6)	60,4%	(59,1)	(25,2)	134,5%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$ 49,1 milhões no 2T14 e R\$ 117,6 milhões no 1S14, queda de 20,8% em relação ao 2T13 e 15,4% em relação ao 1S13.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2014, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 746,7 milhões. A Ecovias dos Imigrantes encerrou o 1S14 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 237,1 milhões. A dívida bruta atingiu R\$ 983,8 milhões no 1S14.

Endividamento					
(em milhões de R\$)	30/06/2014	31/12/2013	Var.	Taxas	Vencimento
Debêntures 1º emissão(*)	53,4	95,9	-44,3%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	nov - 2014
Debêntures 2º emissão(*)	930,4	915,8	-1,6%	IPCA+ 3,8% / IPCA + 4,28% a.a	abr - 2024
Dívida Bruta	983,8	1.011,7	-2,8%		
Caixa e equivalentes de caixa	204,1	323,6	-36,9%		
Aplicação financeira vinculada	33,0	22,9	44,1%		
Dívida Líquida	746,7	665,2	12,3%		

(*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Comentário do Desempenho

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias dos Imigrantes totalizaram R\$ 102,2 milhões no 2T14 e R\$ 181,6 milhões no 1S14, crescimentos de 69,6% e 58,3%, respectivamente, sendo referentes, principalmente, às obras relacionadas ao aditivo contratual.

(em milhões de R\$)	2T14			2T13			Var
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 2T14 x 2T13
Capex	96,7	5,5	102,2	49,7	10,6	60,3	69,6%

(em milhões de R\$)	1S14			1S13			Var
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 1S14 x 1S13
Capex	171,0	10,6	181,6	95,5	19,3	114,7	58,3%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 221,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

ITR - Informações Trimestrais

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

30 de junho de 2014

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Via Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 29.

As informações contábeis intermediárias da Companhia, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 05 de agosto de 2014.

2. Bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013"), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	4.279	6.524
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	197.609	316.738
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	2.189	361
	<u>204.077</u>	<u>323.623</u>

(a) Fundo de investimento enquadrado na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 30 de junho de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 47,57% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 42,68% em Operações Compromissadas, 8,21% em Letra Financeira (LF) e 1,54% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$2.189 (R\$361 em 31 de dezembro de 2013).

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de Investimento	4.832	4.627
CDB	28.132	18.249
	<u>32.964</u>	<u>22.876</u>

Os Fundos de Investimentos e CBDs são remunerados a taxa média ponderada de 93,9% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide Nota Explicativa nº 14).

Notas Explicativas

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	48.651	58.044
Cupons de pedágio	1.747	1.464
Receitas acessórias	3.059	2.723
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(97)	(82)
	<u>53.360</u>	<u>62.149</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	53.278	62.120
Vencidos:		
Até 30 dias	62	19
De 31 a 60 dias	10	7
De 61 a 90 dias	10	3
Acima de 90 dias	97	82
	<u>53.457</u>	<u>62.231</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	82	55
Constituição de PCLD no exercício	15	-
Valores recuperados no exercício	-	(16)
	<u>97</u>	<u>39</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo de R\$1.192 (R\$2.339 em 31 de dezembro de 2013) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 28.

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	9.905	7.492
Adições	746	802
Baixas	-	(20)
Atualização monetária	512	282
Saldo final	<u>11.163</u>	<u>8.556</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	Custo				Depreciação				Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições		Baixas	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012
	Hardware e equipamentos de pedágio	6,1	86.855	997	(83)	53	87.822	(72.420)		(2.673)	-	(75.093)
Máquinas e equipamentos	9,2	12.715	1.146	-	-	13.861	(7.446)	(613)	-	(8.059)	5.802	5.269
Móveis e utensílios	6,8	5.074	109	-	(53)	5.130	(2.774)	(173)	-	(2.947)	2.183	2.300
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	6,8	2.613	306	-	-	2.919	(589)	(94)	-	(683)	2.236	2.024
Veículos	18,1	3.380	-	-	-	3.380	(2.242)	(306)	-	(2.548)	832	1.138
Instalações	7,4	2.158	64	-	-	2.222	(915)	(81)	-	(996)	1.226	1.243
Outros	-	6.441	565	(6.217)	-	789	-	-	-	-	789	6.441
		122.540	3.187	(6.300)	-	119.427	(86.386)	(3.940)	-	(90.326)	29.101	36.154

	Custo				Depreciação				Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições		Baixas	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013
	Hardware e equipamentos de pedágio	6,0	93.075	4.261	(64)	-	97.272	(77.839)		(2.866)	60	(80.645)
Máquinas e equipamentos	9,2	14.308	1.601	-	-	15.909	(8.773)	(698)	-	(9.471)	6.438	5.535
Móveis e utensílios	7,0	5.679	22	(6)	-	5.695	(3.137)	(200)	5	(3.332)	2.363	2.542
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,1	3.033	-	-	-	3.033	(788)	(108)	-	(896)	2.137	2.245
Veículos	16,5	3.607	747	-	-	4.354	(2.831)	(329)	-	(3.160)	1.194	776
Instalações	10,4	5.102	751	-	-	5.853	(1.182)	(286)	-	(1.468)	4.385	3.920
Outros	-	6.134	55	(6)	(5.308)	875	-	-	-	-	875	6.134
		134.242	7.437	(76)	(5.308)	136.295	(94.550)	(4.487)	65	(98.972)	37.323	39.692

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 14) não existem garantias dessas naturezas.

No semestre findo em 30 de junho de 2014 não foram capitalizados encargos financeiros (R\$711 em 31 de dezembro de 2013), considerando a taxa média de captação de 9,30%.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Custo			Amortização			Residual				
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Contratos de concessão Intangível em andamento	1.690.666	80.150	(468)	32.406	1.802.754	(732.145)	(32.448)	(764.593)	958.521	1.038.161	958.521
Softwares de terceiros	27.334	11.555	-	(32.406)	6.483	-	-	-	27.334	6.483	27.334
	5.116	580	-	-	5.696	(3.228)	(254)	(3.482)	1.888	2.214	1.888
	1.723.116	92.285	(468)	-	1.814.933	(735.373)	(32.702)	(768.075)	987.743	1.046.858	987.743
	Custo			Amortização			Residual				
Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Contratos de concessão Intangível em andamento	1.985.399	162.932	-	5.308	2.153.640	(806.817)	(47.800)	(854.617)	1.178.582	1.299.023	1.178.582
Softwares de terceiros	6.276	618	-	-	6.894	(3.799)	(385)	(4.184)	2.477	2.710	2.477
	5.782	-	(2)	-	5.780	-	-	-	5.782	5.780	5.782
	1.997.457	163.551	(2)	5.308	2.166.314	(810.616)	(48.185)	(858.801)	1.186.841	1.307.513	1.186.841

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de junho de 2014 é de 4,61% ao ano (3,68% ao ano em 30 de junho de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014	30/06/2014
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.584	193	(184)	5.593	9
Provisão FAP	207	84	-	291	84
Provisão férias de diretor	25	8	(26)	7	(18)
Provisão para devedores duvidosos	11	-	(7)	4	(7)
Regime Tributário de Transição - RTT (*)	(12.458)	(3.662)	2.817	(13.303)	(845)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(6.631)	(3.377)	2.600	(7.408)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(777)

(*) RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros Capitalizados.

Reconciliação do ativo (passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(6.631)
Receita/(despesa) do imposto reconhecido no resultado	(777)
Saldo em 30 de junho de 2014	(7.408)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/06/2014	30/06/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	173.552	205.853
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(59.008)	(69.990)
Juros sobre o capital próprio	3.061	3.060
Outros	(12)	73
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(55.959)	(66.857)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(55.182)	(62.794)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(777)	(4.063)

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>1º sem. 2014</u>	<u>1º sem. 2013</u>
Saldo Inicial provisão IR/CS - 31/12	6.258	10.178
Despesa IR/CS corrente DRE	55.182	62.794
Total IR/CS pagos no trimestre	<u>(52.095)</u>	<u>(64.539)</u>
Saldo final provisão IR/CS - 30/06	<u>9.345</u>	<u>8.433</u>

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*);
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia ainda não decidiu pela adoção antecipada ou a partir de 2015, visto que os estudos internos continuam em andamento, os quais estão sendo suportados por consultores externos.

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.157	3.971
COFINS	1.899	2.412
PIS	411	523
ISS na fonte	2.356	1.625
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	-	208
INSS fonte	-	842
Outros impostos	1	775
	<u>7.824</u>	<u>10.356</u>

Notas Explicativas

13. Arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam saldos a pagar na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

A movimentação do arrendamento mercantil para 30 de junho de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	192
Encargos financeiros	-
Pagamento principal	(185)
Pagamento de juros	(7)
Saldo final	<u>-</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado", refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$291 em 30 de junho de 2014 (R\$544 em 31 de dezembro de 2013).

As operações de arrendamento mercantil financeiro não impõem nenhuma restrição, tais como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, captação de dívida adicional e outras.

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido	998.264	1.007.928
Remuneração (juros)	10.749	31.064
Custos com emissão de debêntures (*)	(25.278)	(27.277)
	<u>983.735</u>	<u>1.011.715</u>
Circulante	58.467	126.882
Não circulante	925.268	884.833

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	1.011.715	226.306
Adição	-	851.182
Pagamento de juros	(63.655)	(25.719)
Pagamento do principal	(31.500)	(48.375)
Encargos financeiros	67.175	32.879
Saldo final	<u>983.735</u>	<u>1.036.273</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

- A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos (i) índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

1ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,12
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	4,52

- A Companhia concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2020, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos (i) índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,12
(ii) Despesa financeira/EBITDA	> 2,0	6,79

(*) Índices não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00	R\$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2014	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$3,40	1ª série - R\$1.083,77 2ª série - R\$1.084,76
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	(811)	(811)	-	(2.888)	(2.888)
2016	-	(2.863)	(2.863)	-	(2.863)	(2.863)
2017	-	(3.227)	(3.227)	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.442)	(3.442)	-	(3.442)	(3.442)
2019	100.000	(2.942)	97.058	100.000	(2.942)	97.058
2020 a 2024	847.762	(9.209)	838.553	809.403	(9.208)	800.195
	947.762	(22.494)	925.268	909.403	(24.570)	884.833

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª emissão						
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% .a.a
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		1.331.000	(39.286)	1.291.714		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Companhia	Natureza	Cientes	Intangível	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	184.485	22.910
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	527	77
CBB Ind. Com. de Asfalto e Eng. Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	3.213	480
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	67	-	5
Concessionária de rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Outras partes relacionadas	-	-	5
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	36.264
Total em 30 de junho de 2014		67	188.225	59.741
Total em 31 de dezembro de 2013 (*)		31	119.759	5.278

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	115	(26.054)	(13.548)
Total em 30 de junho de 2014		115	(26.054)	(13.548)
Total em 30 de junho de 2013		109	(21.648)	(12.847)

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$245.601, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e em 30 de junho de 2014, foram incorridos R\$211.093, e há um saldo de serviços a realizar de R\$34.508. Os saldos em aberto a pagar R\$22.910 (sobre os serviços incorridos) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$79.205, os saldos em aberto têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$32.243, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$26.617. Os saldos em aberto a pagar R\$557 (sobre os serviços incorridos) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

- (*) Em 20 de março de 2014, a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014 no montante R\$1.850 (R\$924 em 31 de dezembro de 2013).

A remuneração dos administradores nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Salários	240	264
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.d)	86	24
Previdência privada	27	25
Participação nos resultados	174	106
	<u>527</u>	<u>419</u>

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,30% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	243.650	19.062	-	-	262.712
Efeito do valor presente sobre a constituição	(40.802)	(3.063)	-	-	(43.865)
Realização da manutenção	(171.752)	-	(19.250)	-	(191.002)
Ajuste a valor presente - realizações	21.994	-	-	1.117	23.111
	<u>53.090</u>	<u>15.999</u>	<u>(19.250)</u>	<u>1.117</u>	<u>50.956</u>
Circulante	16.538				6.264
Não circulante	36.552				44.692
	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	286.114	21.740	-	-	307.854
Efeito do valor presente sobre a constituição	(46.926)	(2.694)	-	-	(49.620)
Realização da manutenção	(210.727)	-	(10.635)	-	(221.362)
Ajuste a valor presente - realizações	24.228	-	-	1.075	25.303
	<u>52.689</u>	<u>19.046</u>	<u>(10.635)</u>	<u>1.075</u>	<u>62.175</u>
Circulante	8.440				7.098
Não circulante	44.249				55.077

Notas Explicativas

17. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,30% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Efeito financeiro	30/06/2013
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.469	84	4.553
	2.099	84	2.183
Não circulante	2.099		2.183

	31/12/2013	Efeito financeiro	30/06/2014
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.638	42	4.680
	2.268	42	2.310
Não circulante	2.268		2.310

18. Obrigações com o Poder Concedente

	30/06/2014	31/12/2013
Parcelas fixas (a)	53.849	57.806
Parcelas variáveis (b)	950	1.206
	54.799	59.012
Circulante	16.872	16.415
Não circulante	37.927	42.597

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de junho de 2014, restam 46 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 80,83% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2014 o desconto de R\$2.401 (R\$2.389 em 31 de junho de 2013), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$1.459 (R\$1.242 em 30 de junho de 2013), e foi totalizado o valor líquido de R\$3.860 (R\$3.631 em 30 de junho de 2013) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	7.271	14.194
2016	13.910	12.962
2017	12.703	11.838
2018	4.043	3.603
	<u>37.927</u>	<u>42.597</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	59.012	67.024
Varição monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	3.860	3.631
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	6.466	12.285
Pagamento principal e atualização	<u>(14.539)</u>	<u>(19.736)</u>
Saldo final	<u>54.799</u>	<u>63.204</u>

19. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2013	8.327	6.941	2.678	17.946
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	58	459	308	825
(-) Pagamentos	(13)	(1.767)	-	(1.780)
(+) Atualização monetária	394	186	105	685
(+/-) Reclassificações	(103)	56	47	-
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>8.663</u>	<u>5.875</u>	<u>3.138</u>	<u>17.676</u>
	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	40.250	6.351	3.289	49.890
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.274	32	103	7.409
(-) Pagamentos	(1.004)	(595)	(325)	(1.924)
(+) Atualização monetária	338	266	33	637
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>46.858</u>	<u>6.054</u>	<u>3.100</u>	<u>56.012</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2014, R\$8.066 (R\$8.743 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 30 de junho de 2014 este valor atualizado é de R\$33.923), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

Notas Explicativas

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2014, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$10.114 (R\$7.172 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2014, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$18.553 (R\$13.583 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2014, o saldo é de R\$60.509 (R\$60.509 em 31 de dezembro de 2013).

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

Notas Explicativas

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$86 (R\$24 em 30 de junho de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	-	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	221.487	221.487
Em 30 de junho de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

Notas Explicativas

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio no período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	15,67	87.361	2,56	223	11 meses
2016	15,61	80.232	2,67	214	23 meses
2017	15,62	72.585	3,16	229	35 meses
2018	12,37	55.372	2,10	116	47 meses
		<u>295.549</u>	<u>2,62</u>	<u>783</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou três programas de Recompra de Ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados (i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 1.582.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de junho de 2014, de R\$15,14. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base o preço de fechamento do pregão de 30 de junho de 2014, é de R\$23.966.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R\$138.278 refere-se a: R\$38.740 saldo de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; R\$98.227 dividendos intermediários do exercício de 2014, e R\$1.311 juros sobre capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	117.593	289.423
Constituição da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	117.593	289.423
Dividendos intermediários pagos	(89.225)	(232.530)
Juros sobre o capital próprio pagos	(9.002)	(18.153)
Saldo de dividendos	19.366	38.740
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	-	(38.740)

Notas Explicativas

21. Receita líquida

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	146.659	143.094
Pedágio por equipamento eletrônico	238.355	217.707
Vale-pedágio	26.973	30.511
Outras	354	270
	<u>412.341</u>	<u>391.582</u>
Receitas com construção	178.514	66.939
Receitas acessórias (a)	18.697	17.920
	<u>197.211</u>	<u>84.859</u>
Receita bruta	609.552	476.441
Deduções de receita (b)	(37.153)	(35.198)
Receita líquida	<u>572.399</u>	<u>441.243</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	412.341	391.582
Receitas acessórias	18.697	17.920
	<u>431.038</u>	<u>409.502</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(12.931)	(12.285)
PIS (0,65%)	(2.802)	(2.662)
ISS (2% a 5%)	(21.420)	(20.204)
Deduções e abatimentos	-	(47)
	<u>(37.153)</u>	<u>(35.198)</u>

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Pessoal	16.516	15.415
Conservação e manutenção	6.695	9.633
Serviços de terceiros (a)	49.838	40.735
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	1.867	2.184
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	6.466	12.285
Provisão para manutenção	19.046	15.999
Custos com construção	178.514	66.939
Depreciações e amortizações	52.672	36.642
Locações de imóveis e máquinas	1.692	1.439
Outros custos e despesas operacionais	6.408	8.938
	<u>339.714</u>	<u>210.209</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	313.457	187.564
Despesas gerais e administrativas	26.257	22.645
	<u>339.714</u>	<u>210.209</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

23. Resultado financeiro

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	15.818	7.944
Juros ativos	-	5.382
Variação monetária ativa sobre debêntures	407	-
Outras	521	301
	<u>16.746</u>	<u>13.627</u>
Juros sobre debêntures	(23.913)	(16.718)
Variação monetária sobre debêntures	(41.671)	(12.644)
Variação monetária sobre direito de outorga	(3.860)	(3.631)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.998)	(3.517)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1.117)	(1.201)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(2.666)	(720)
Outras	(647)	(350)
	<u>(75.872)</u>	<u>(38.781)</u>
Resultado financeiro	<u>(59.126)</u>	<u>(25.154)</u>

24. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Lucro do semestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	117.593	138.996
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,43</u>	<u>0,51</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 20.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho de 2014, a PLR foi de R\$987 (R\$650 em 30 de junho de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas Notas Explicativas nºs 13 e 14 e as obrigações com o Poder Concedente detalhado na Nota Explicativa nº 18, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de mercado

(i) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

(ii) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento são os seguintes

	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (i)	1.038.534	1.070.727
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(237.041)	(346.499)
Dívida líquida	801.493	724.228
Patrimônio líquido (ii)	382.706	401.994
Índice de endividamento líquido	2,09	1,80

(i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2014 são como segue:

		Contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.279	4.279
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	53.360	53.360
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	232.762	232.762
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	12.070	12.070
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	983.735	983.735
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	54.799	61.986

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F do dia 30 de junho de 2014, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário (PU) atualizado.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotrustee.com.br.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$41.434 (R\$50.211 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	15.805	16.793	17.842	202.137
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	56.638	-	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.545	9.065	9.696	325.937
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	32.771	34.767	37.185	1.550.801

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	17.622	13.217	8.811
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	(25.138)	(25.692)	(26.243)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures	Alta do IPCA	(41.309)	(42.099)	(42.893)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente	Alta do IGP-M	(77)	(97)	(116)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(48.902)</u>	<u>(54.671)</u>	<u>(60.441)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,00%	8,25%	5,50%
IGP-M (b)	6,25%	7,81%	9,38%
IPCA (c)	6,51%	8,14%	9,77%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de junho de 2014, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$122 (R\$116 em 30 de junho de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2014 a maio de 2015	267.079
Responsabilidade civil	Maio de 2014 a maio de 2015	948.380
"All Risks" - danos materiais	Maio de 2014 a maio de 2015	4.202.541
Responsabilidade civil	Janeiro de 2014 a novembro de 2014	10.000
"All Risks" - Engenharia	Janeiro de 2014 a novembro de 2014	25.100
"All Risks" - perda de receita	Maio de 2014 a maio de 2015	910.936
Veículos	Junho de 2014 a junho de 2015	Tabela Fipe

29. Contrato de concessão

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão tem prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Dessa forma, a concessão foi prolongada até março de 2024.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Polo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui nova vigência até setembro de 2025.

Notas Explicativas

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir de 27 de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a alíquota passou a ser 1,5%.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	178.514	66.939
Custos de construção	<u>(178.514)</u>	<u>(66.939)</u>
	-	-

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	30/06/2014	31/12/2013
	Previsão de 2014-2018	Previsão de 2014-2018
Melhorias na infraestrutura	316.502	471.324
Conservação especial (manutenção)	304.732	310.235
Equipamentos	52.548	54.323

Notas Explicativas

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5